

## NOTA BIBLIOGRÁFICA

Bak, Joan Lamaysou. **Some antecedents of corporatism: state economic intervention and rural organization in Brazil. The case of Rio Grande do Sul, 1890-1937.** Yale University, 1977 (tese de doutoramento).

René E. Gertz

Nos últimos dez anos foi produzida uma importante e inovadora historiografia a respeito do Rio Grande do Sul. Muitos destes trabalhos são teses acadêmicas e não estão ainda publicados. No entanto, não pode haver dúvida de que seria extremamente importante que toda esta produção fosse submetida a uma resenha crítica, para que se pudesse retomar e aperfeiçoar o que já foi escrito. Penso que isto justifica a decisão pouco usual de publicar uma referência a um trabalho a que o grande público (ao menos no Brasil) não tem acesso.

O trabalho de Joan Bak não se destaca pela quantidade de fontes inéditas que apresenta. Além de bibliografia secundária, utiliza publicações oficiais de nível federal, estadual e municipal, jornais e alguns arquivos oficiais e particulares. O que dá importância ao trabalho é o fato de ele abordar um período que também foi bastante estudado por pesquisadores brasileiros (permitindo comparação) e, apesar do título restritivo, permitir uma interpretação global deste período.

A autora não centra seu interesse em classes ou frações de classe dominantes ou hegemônicas. O trabalho todo procura mostrar como o Estado, durante este período, age sobre a estrutura de classes e regulamenta a atividade econômica. Os fatores que permitem e exigem esta ação estatal são, uma vez, a reestruturação sócio-econômica do Estado com o crescimento da zona colonial — em 1889 um terço das exportações do Estado vem da zona colonial, em 1930 são 56% —, outra vez, a situação subordinada da economia brasileira como um todo e do Rio Grande do Sul em particular, não permitindo que ela seja orientada e impulsionada pelas forças livres do mercado. Desta forma, já no início do período republicano são "lançadas

as bases para a subsequente intervenção do Estado e a organização social corporativa" (p. 21). Ao menos desde o começo do governo de Borges são incentivadas as associações rurais, tanto na zona pastoril quanto na zona colonial. A partir de 1910 o governo se concentra na cooperativização dos produtores vinícolas. A partir de 1912 há uma concentração de esforços na zona pastoril, com períodos de maior e menor presença estatal. Borges intervém nos transportes, na produção carbonífera, nas relações trabalhistas. Após a Primeira Guerra é a vez da banha, do arroz, do vinho, do mate, da madeira.

A face corporativista do Estado gaúcho aparece em sua plenitude com a ascensão de Getúlio Vargas em 1928. Vargas e Osvaldo Aranha conseguem coordenar e sustentar a integração entre cooperativas (produção) e sindicatos (industrialização/comercialização) nos mais diferentes setores da economia do Rio Grande do Sul. "Cartéis e cooperativas deveriam integrar os grupos econômicos mais importantes da região numa estrutura induzida e dirigida pelo Estado, a qual aumentaria em muito o poder do regime no que tange o controle político e social" (p. 136). Vargas é visto como um "modernizador conservador" que nos dois anos de governo no Rio Grande "treina" para a política que será implementada a partir de 1930 a nível nacional, mesmo que aí haja novas variáveis, pois o corporativismo gaúcho ainda não se destina a "lidar com o proletariado urbano desestabilizador" (p. 200).

A seguir vem o período de Flores da Cunha. É um período problemático. Flores insiste na intervenção estatal, mas seu objetivo maior é o engrandecimento regional e por isso abandona o equilíbrio (que Getúlio soube tão bem sustentar) entre cooperativas e sindicatos (cartéis), concentrando sua atenção nos segundos. Os problemas causados por esta política são enormemente ampliados pelo fato de o governo pós-revolucionário realizar uma política corporativista a nível nacional, fazendo, portanto, concorrência ao governo estadual, com o que o controle deste sobre as organizações se torna problemático. Assim, apesar dos esforços, como a criação dos sindicatos do Alcool, do Fumo, da Navegação Fluvial, tudo desemboca no melancólico fim de 1937. A partir de então o Estado a nível federal toma definitivamente conta da organização da sociedade.

A autora conclui pela importância da experiência gaúcha para a prática corporativista a nível federal no pós-1930. A realidade gaúcha por sua vez decorre de peculiaridades regio-

nais: o papel da economia rio-grandense no contexto nacional e as conseqüências da existência da zona colonial que "exerceu um papel vital no desenvolvimento... de forte tradição na organização econômica..." (p. 342).

Os fatores, que a autora aponta, parecem lógicos e não se pode deixar de considerá-los. Mas, ao mesmo tempo, estudos comparativos que realizei sobre a zona de imigração alemã no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina chamaram minha atenção para o fato de que, se a "sociedade civil" da zona colonial no Rio Grande do Sul era rigidamente organizada, em Santa Catarina a desorganização era total. Mas a economia catariense era subordinada, como a gaúcha, e a zona colonial em ascensão, diante das regiões latifundiárias tradicionais. Por que a diferença? O trabalho de Bak sobre a história rio-grandense, sem dúvida, é importante, mas ainda há muita coisa a ser estudada para se chegar a explicações globais plenamente satisfatórias sobre o período.

Pontifícia Universidade Católica  
Departamento de História  
Porto Alegre — Brasil